

## 2 Linguagem, argumentação e gênero

### 2.1 Linguagem e argumentação

Argumentar não é um ato novo, mas visto sob um olhar diferenciado nos diversos momentos históricos. Desde os filósofos gregos até os estudos linguísticos mais recentes, a argumentação mostra diferentes perspectivas em relação ao seu objeto.

Na Antiguidade, a citar os trabalhos do filósofo Aristóteles (384-322 a. C.), desenvolveu-se uma teoria da argumentação baseada na Retórica. Este estudo fundamentava-se na arte do falar de modo a persuadir e a convencer, atributos que constituíam a chave das ambições políticas naquela época, segundo Aristóteles, um dos maiores pensadores da antiguidade, tanto por seu trabalho retórico quanto pelo seu interesse em constituir uma gramática (Robbins, 2004).

Em tempos recentes, um dos trabalhos que grande repercussão tem tido nos estudos linguísticos trata da teoria da argumentação, baseada no princípio de que a língua é essencialmente argumentativa. Este estudo, que teve como precursor Oswald Ducrot (1983 *apud* Silva e Espíndola, 2005, p. 16), entende o ato de argumentar alicerçado a preceitos da Linguística e da Semântica sobre a linguagem.

Segundo essa teoria, na língua existem relações que só podem ser compreendidas e analisadas por sua natureza fundamentalmente argumentativa. O escritor/falante utiliza o valor linguístico presente nos enunciados como forma de transformar o que existe no mundo a partir de suas necessidades e intenções. Assim, a significação de certas palavras, expressões e enunciados não constitui caráter informativo, mas argumentativo. Os valores argumentativos são os fundamentais para a compreensão dessa teoria, e estão presentes na estrutura profunda da significação.

No decorrer de suas pesquisas, Ducrot constatou uma hipótese ainda mais incisiva: a de que, fundamentalmente, a língua é somente argumentativa. Havendo, portanto, um valor informativo, este provém do argumentativo. Isto significa dizer que, embora aparentemente a linguagem não possua uma estrutura

argumentativa acoplada ao texto (texto argumentativo *stricto sensu*), a simples seleção das opiniões a serem reproduzidas implica, por si só, uma opção. Por estar naturalmente inscrita na língua, a argumentação é, sob essa perspectiva, um fator indispensável na compreensão de um enunciado, conforme assegura Ducrot:

o sentido de um enunciado comporta, como parte integrante, constitutiva, essa forma de influência que se chama força argumentativa. Significar para um enunciado é orientar. De modo que a língua, na medida em que contribui antes de qualquer coisa para determinar o sentido dos enunciados, é um dos lugares privilegiados onde se elabora a argumentação. (Ducrot, 1983 *apud* Silva e Espíndola, 2005, p. 21-22)

Em consonância com Ducrot, Koch (2006a) afirma que, em seu ambiente de interação social por intermédio da linguagem, o homem utiliza a todo momento a argumentação. Durante o ato comunicativo e ainda que não percebamos, tentamos mostrar ao outro que o nosso ponto de vista é o correto, buscando compartilhar nossas opiniões. Dessa forma, constantemente, avaliamos, julgamos, criticamos, enfim, fazemos juízos de valor, para influenciar as interações sociais. É por isso que, por esse prisma, pode-se dizer que o ato de argumentar, conduzindo o discurso a determinados tipos de conclusão, com exclusão de outras, constitui o ato linguístico fundamental; afinal, não existe discurso neutro. Todo discurso contém uma ideologia, ainda que possa ser considerado neutro.

Para a autora, mesmo que implicitamente, podemos perceber marcas linguísticas que conduzem o texto a uma determinada conclusão. Além da significação explícita, existem variadas formas de conduzir o texto através de significações implícitas, muito mais sutis, diretamente ligadas à intencionalidade do produtor. É nesse tipo de estrutura que se revelam as intenções que se deseja materializar no texto para persuadir o leitor, sua atitude perante os estados de coisas a que o texto remete, seu maior ou menor grau de engajamento com relação aos enunciados que produz, a maneira, enfim, como representa a si mesmo, ao outro e ao mundo por intermédio da linguagem. A existência da argumentatividade – possibilidade de, através de certos sinais, conduzir o leitor a uma conclusão determinada – constitui algo inerente à própria língua, e não apenas acrescentado exclusivamente em situações específicas de comunicação.

Nessa perspectiva, cabe mencionar a intencionalidade produzida na linguagem. Haja vista as intenções do produtor textual serem as mais variadas

possíveis, seria ilógico atribuir ao enunciado uma única interpretação. A compreensão de um enunciado espelha justamente a apreensão dessas intenções, que não possuem caráter psicológico e sim linguístico, determinado pelo sentido do enunciado, ou seja, linguisticamente constituído. Logo, a produção de um texto não objetiva apenas veicular mensagens, mas atuar, com determinadas intenções, interagindo socialmente. É preciso entender, então, um *querer dizer* como um *querer fazer*. Seguindo a concepção do uso da Modalidade para inscrever a intencionalidade no discurso, assevera Koch que é preciso

passar de uma teoria semântica das proposições a uma teoria semântico-pragmática das atitudes proposicionais; em outras palavras, de uma teoria do conhecimento do que é o mundo (constatação), a uma teoria da certeza que se tem a respeito das coisas do mundo, para, ao final, chegar-se a uma teoria da ação, que encare a linguagem como atividade que cria deveres, obrigações para os interlocutores. (Koch, 2006a, p. 84)

Paralelamente, para Antônio Suárez Abreu (2009), argumentar é uma arte composta por dois atos singulares: convencer e persuadir. Apresenta-nos o professor uma definição de cada um:

CONVENCER é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Etimologicamente, significa VENCER JUNTO COM O OUTRO (com + vencer) e não CONTRA o outro. PERSUADIR é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. A origem dessa palavra está ligada à preposição PER, ‘por meio de’, e a SUADA, deusa romana da persuasão. Significava ‘fazer algo por meio do auxílio divino’. (Abreu, 2009, p. 25)

Nesse aspecto, convencer está relacionado à construção de algo no campo das ideias, pois quando convencemos alguém, este passa a pensar como nós. Já persuadir compreende a construção na área das emoções, sensibilizando o outro a agir. Ao persuadirmos o outro, ele realiza algo que desejamos que realize.

Dessa forma, argumenta aquele que, gerenciando informação, convence o outro de algo no plano das ideias e, gerenciando relação, persuade seu interlocutor, no plano das emoções, a fazer algo que deseja que seja feito. Seja qual for a situação comunicativa, saber argumentar é, antes de mais nada, saber integrar-se ao universo do outro. (Abreu, 2009, p. 10)

Abreu (2009) alerta ainda que no início de um processo argumentativo com vistas ao convencimento, não devemos propor imediatamente nossa tese principal, isto é, aquilo com que queremos que nosso auditório concorde.

Precisamos, previamente, preparar o terreno para esta proposta, oferecendo outra tese com a qual o auditório possa de início concordar. É a chamada *tese de adesão inicial*: caso o auditório concorde com ela, a argumentação conquista estabilidade e se torna fácil partir dela para a tese principal. As teses de adesão inicial baseiam-se em fatos ou presunções. Aqui, presunções referem-se a suposições fundamentadas dentro daquilo que é considerado normal ou verossímil.

Para argumentar, é preciso, em primeiro lugar, convencer, caminhar junto com o outro, utilizando eticamente técnicas argumentativas que visem à remoção de obstáculos que possam impedir o consenso.

Quanto à persuasão, o autor destaca ser possível alcançá-la gerenciando positivamente nosso relacionamento com o outro. Em busca desse propósito, precisamos saber previamente quais são seus verdadeiros valores, os quais recebem influência de fatores culturais, históricos e ideológicos. Além disso, para persuadirmos, devemos nos preocupar em ver o outro por inteiro, entender suas necessidades e sensibilizar-nos com seus sonhos e emoções. Persuadir é, então, saber falar menos de si e do que se deseja, e mais do que é importante para o outro.

Abreu (2009) deixa-nos a lição de que argumentar inclui também saber dosar o trabalho com ideias e emoções (Idem, p. 98): “A ‘medida certa’ é gastar mais tempo em persuadir do que em convencer. Uma boa proporção é utilizar trinta por cento do tempo convencendo e setenta por cento persuadindo”. Tal recomendação justifica-se no fato de que a maior parte das pessoas voltam seus pensamentos a si mesmas, abrindo mão do que importa ao outro. Afinal, se saber argumentar é integrar-se ao universo do outro, consegue gerenciar de forma positiva a argumentação aquele que reforça a dose de seus pensamentos mais para o outro e menos para si.

A partir dos estudos argumentativos descritos neste capítulo, no que concerne à intencionalidade do discurso e principalmente no que se refere à argumentação como o ato de convencer e persuadir, pretendemos fundamentar nossas análises juntamente com o enfoque sistêmico-funcional, que, aliados, nortearão o desenvolvimento deste trabalho dissertativo.

Dentre as teorias de argumentação até aqui apresentadas, a primeira, de Ducrot (1983 *apud* Silva e Espíndola, 2005), possui enfoque no nível linguístico e propõe que a língua é essencialmente argumentativa. Koch (2006a) concorda com

tal posição afirmando que argumentar constitui o ato linguístico fundamental. Por outro lado, Abreu (2009) baseia-se no nível interacional, uma vez que a existência da argumentação alicerça-se principalmente na integração ao universo do outro.

Outro linguista que enfoca a argumentação é Marcuschi (2002), cujos estudos sobre gêneros e tipos textuais englobam ambos os aspectos citados (linguístico e interacional). Quando trata de tipos textuais, refere-se à natureza linguística para sua compreensão, incluindo-se aí, dentre outros, a argumentação; quando trata dos gêneros textuais, refere-se à natureza sócio-comunicativa dos mesmos, enquadrando-se nesse contexto o artigo de opinião, que compõe o *corpus* desta pesquisa. Marcuschi refere-se, ainda, à natureza discursiva, no tocante ao campo de produção discursivo ou de atividade humana, como, por exemplo, o discurso jornalístico, onde pode ser localizada a produção do artigo de opinião. A proposta de Marcuschi é, portanto, bastante abrangente e significativa para a teoria e a prática argumentativas trabalhadas aqui, o que será tratado com detalhes no próximo item.

## 2.2 Modalidades textuais e gêneros

De acordo com uma postura sócio-interativa da língua, buscamos a proposta de Marcuschi (2002, p. 22-25) para a distinção entre tipos textuais e gêneros.

Para o autor, utilizamos a expressão *tipo textual* para tratar de uma construção teórica que se define pela *natureza linguística* de sua composição. É um tratamento dado no que se refere a aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Os tipos textuais geralmente abarcam algumas categorias, conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.

Já a expressão *gênero textual* constitui uma noção usada para nos referirmos aos *textos materializados* que encontramos no nosso cotidiano e que se compõem de *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Apesar dos tipos

textuais serem em pequena quantidade, os gêneros são inúmeros e podem ser encontrados nas modalidades escrita e oral.

Nessa perspectiva e para melhor compreendermos sua proposta, Marcuschi elabora o seguinte quadro sinóptico (Idem, p.23):

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
1. constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;	1. realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
2. constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados e não são textos empíricos;	2. constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
3. sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	3. sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
4. designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição.	4. exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais, etc.

Figura 1: Tipos textuais e gêneros textuais (adaptado de Marcuschi, 2002)

Além da noção de tipo textual e gênero textual, o autor apresenta uma terceira: a de *domínio discursivo*, utilizada para designar um campo de produção discursivo ou de atividade humana. Dentre eles, o *discurso jurídico*, *jornalístico*, *religioso*, etc., os quais não correspondem especificamente a nenhum gênero, mas dão origem a vários deles.

No tocante às definições propostas, o autor acrescenta ainda uma importante distinção a que devemos atentar, referindo-se ao uso de *texto* e *discurso*, que contribuem para o aporte teórico desta dissertação, já que estaremos analisando textos que realizam um determinado tipo de discurso:

Embora haja muita discussão a esse respeito, pode-se dizer que *texto* é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. *Discurso* é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos. Em outros termos, os textos realizam discursos em situações institucionais, históricas, sociais e ideológicas. (Marcuschi, 2002, p. 24)

## 2.3

### O gênero artigo de opinião e o discurso jornalístico

A definição e a funcionalidade dos gêneros textuais constituem um assunto bastante discutido entre pesquisadores contemporâneos da linguagem. Para Marcuschi (2002), os gêneros textuais constituem ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo (Idem, p. 22). Para ele, os gêneros textuais não se caracterizam nem se definem por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, e sim por aspectos sócio-comunicativos e funcionais, mas nem por isso devemos desprezar a forma por completo. Cabe, então, sua definição dos gêneros como “formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos.” (Idem, p. 25)

Esses princípios norteadores remetem-nos à necessidade de compreendermos melhor qual a função do gênero textual artigo de opinião, objeto de análise desta pesquisa, enquanto ligado aos contextos cultural e situacional e às práticas sociais do discurso jornalístico. Para isso, vejamos o que diz Costa (2008), em seu *Dicionário de gêneros textuais*, acerca do verbete *artigo de opinião*:

Num jornal, revista ou periódico, texto de opinião, dissertativo (...) ou expositivo (...), que forma um corpo distinto na publicação, trazendo a interpretação do autor sobre um fato ou tema variado (político, cultural, científico, etc.). Ao contrário do editorial (...), que nunca vem assinado e traz sempre a opinião do jornal, revista, etc. em que circula, o artigo geralmente vem assinado e não reflete necessariamente a opinião do órgão que o publica. A estrutura composicional desse tipo de texto varia bastante (não necessariamente terá uma estrutura canônica tradicionalmente ensinada na escola: Tese inicial na Introdução; Argumentação/Refutação no Desenvolvimento e Conclusão), mas sempre desenvolve, explícita ou implicitamente, uma opinião sobre o assunto, com um fecho conclusivo, a partir da exposição das ideias ou da argumentação/refutação construídas. (Costa, 2008, p. 34)

Haja vista o exposto nesta definição e que pode ser comprovado nos Anexos, correspondentes à apresentação dos artigos analisados, verifica-se que um artigo de opinião traz consigo, sempre, o ponto de vista do autor (o qual geralmente assina o artigo) sobre um assunto em geral, a opinião, enfim, que pode ser abordada de maneira explícita ou implícita e em estrutura composicional variada. Por seu funcionamento, o artigo de opinião assume, portanto, um caráter essencialmente argumentativo, em que o autor busca a adesão do público-leitor à sua interpretação do mundo, desenvolvendo, para isso, uma estrutura de texto que expresse sua opinião sobre a tese a ser defendida, seja esta referente a aspectos políticos, culturais, ou científicos do seu tempo, dentre outros.

Um texto argumentativo é composto basicamente por uma tese, seus argumentos e uma conclusão. Geralmente corresponde às características do estilo de comunicação formal, dirigida a um grupo privilegiado social, econômica e culturalmente (Koch, 2006b, p. 110). Contudo, nas escolhas que realiza, o autor imprime também sua marca individual, o que permite certa maleabilidade ao artigo, sem desprezar, obviamente, a relativa estabilidade do gênero textual e o consequente propósito comunicativo que se pretende estabelecer.

Aliado a isso, verifica-se que as escolhas discursivas realizadas pelo escritor transmitem seus ideais, suas crenças (Bakhtin, 1992; White, 2005; Fiorin, 2006). A Linguística Sistêmico-Funcional procura investigar quais são as escolhas relevantes na manifestação dessas ideologias e, em se tratando de recursos interpessoais, adotados neste trabalho como categorias de análise dos artigos de opinião, quais escolhas linguísticas foram utilizadas para compor a rede textual visando a convencer e persuadir o leitor a respeito da ideologia do autor.

É indispensável, assim, analisar as formas linguísticas utilizadas para veicular o conteúdo que o escritor quer transmitir e, no caso dos artigos de opinião aqui selecionados, investigar os recursos lexicogramaticais e discursivos que promovem um constante relacionamento, uma interação comunicativa com seu leitor, a fim de expor, criticar, cobrar, dizer o mundo e agir sobre ele. Afinal, é dessa forma que se tem em evidência, no artigo de opinião, a metafunção interpessoal: no estabelecimento dos papéis assumidos pelos participantes da interação.

## 2.4 Gênero na perspectiva sistêmico-funcional

Em seus estudos de texto e contexto pela perspectiva sócio-semiótica, Halliday e Hasan (1989) definem o texto como a linguagem que é funcional, que está fazendo algum tipo de atividade em algum contexto, além de ser uma troca social de significados. O relacionamento entre texto e contexto compreende, neste enfoque, a utilização da linguagem em sua prática como ação social, ou seja, a construção social da experiência.

Texto e contexto encontram-se tão intimamente relacionados que é impossível a existência de um sem a presença do outro. Além disso, essa intimidade abre a possibilidade de se preverem determinados significados expressos e características linguísticas potenciais do gênero.

Segundo os autores, há dois tipos de contexto: o de cultura e o de situação. O contexto de cultura engloba o contexto de situação e relaciona-se ao gênero que, na perspectiva funcionalista, é também uma forma de processo social (Martin e White, 2005). É através dele que os usuários da língua fazem coisas e organizam o evento comunicativo.

Por outro lado, o contexto de situação se associa ao registro, que compreende uma variação relacionada ao uso. Sendo o texto uma troca social de significados, faz-se necessário analisá-lo para além das palavras e suas estruturas. É preciso, segundo Halliday e Hasan (1989), enxergá-lo como um processo relacionado à linguagem como um todo, inclusive ao seu aspecto social. São distinções referentes ao registro: escolhas envolvendo *field* (campo), *tenor* (relações) e *mode* (modo).

Conforme definem Halliday e Hasan (1989), campo refere-se à natureza da ação social do que está acontecendo, ou ainda, com o que os participantes estão envolvidos em um evento interativo. Relações dizem respeito à natureza de quem está participando e, portanto, seu papel na interação. Modo relaciona-se à parte da linguagem que está sendo desempenhada e, conseqüentemente, à organização do texto, o status que ele tem e sua função no contexto, incluindo o canal (falado, escrito ou ambos) e, ainda, o modo retórico que está sendo englobado pelo texto, no que se refere à categoria persuasiva, expositiva, didática, dentre outras. Tomando um artigo de opinião como exemplo, temos como campo a ação do

escritor visando a persuadir/convencer os leitores através de sua opinião; como relações a interação autor-leitor; e como modo o texto jornalístico escrito em estilo argumentativo, de caráter opinativo e persuasivo. Cada uma dessas dimensões está ligada a um tipo de metafunção: o campo associa-se à metafunção ideacional; a relação, à interpessoal; e o modo, à textual. Ao usarem a linguagem, as pessoas simultaneamente fazem escolhas no sistema linguístico e representam significados ideacionais, interpessoais e textuais (ver item 3.1).

Em seu trabalho aplicado, Martin e White (2005, p. 32) afirmam que durante a década de 1980, a análise da variação funcional na linguagem começou a exceder a estrutura de campo, relação e modo, para incluir uma tendência mais abstrata chamada *gênero*. A partir daí, a definição de gênero passou a abranger sua compreensão em etapas, com propósitos definidos e como um processo social. Ao definirem que o gênero se desenvolve em etapas, os autores esclarecem que isso se dá pela frequente necessidade de cumprirmos alguns passos para alcançarmos nossos objetivos; ter propósitos definidos significa dizer que nós usamos o gênero para fazer ou conseguir que determinadas coisas sejam feitas e, inclusive, quando não as conseguimos, temos um sentimento de frustração. O gênero é visto como um processo social, à medida que nós participamos dele com outras pessoas e que ele corresponde às nossas ações e práticas cotidianas e profissionais.

No tocante ao significado interpessoal, esses estudiosos apontam para um interesse mais diretamente relacionado à organização retórica de um texto do que à sua lógica. Levantam, assim, na Linguística Sistêmico-Funcional, questões sobre como o gênero negocia poder e solidariedade com o leitor e como prosódias avaliativas contribuem para essa negociação (Martin e White, 2005).

Neste trabalho, enfocaremos o gênero artigo de opinião na perspectiva sistêmico-funcional, investigando os recursos lexicogramaticais que são utilizados nos textos por diferentes autores para desenvolver a sua argumentação. A seguir, apresentaremos em maiores detalhes a Linguística Sistêmico-Funcional, que servirá de base teórica para a análise dos dados desta pesquisa.